



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**

**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**

**ILMO SR ALISSON DIAS LAUREANO, PRESIDENTE DA COMISSÃO
PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
CONSELHEIRO LAFAIETE-MG.**

**REFERÊNCIA: PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 028/2021 MODALIDADE:
TOMADA DE PREÇOS Nº: 005/2021**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM GESTÃO TRIBUTÁRIA, INCLUINDO
ADEQUAÇÕES NA LEGISLAÇÃO E REGULAMENTOS CORRELATOS, PARA O
MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE, DE ACORDO COM SOLICITAÇÃO DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.**

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no
CNPJ sob o nº 18.985.386/0001-01 e na OAB/MG sob. n. 5.647, com sede na Rua Fernandes
Tourinho, 999 – sala 202, Lourdes, Belo Horizonte/MG – CEP.: 30112-003, endereço
eletrônico factosolucoesjuridicas@gmail.com, vem, por seu Representante Legal,
Jacqueline de Paula Barbosa, inscrito no CPF sob o nº 997.432.566-87, ID M-
6.996.846 (conforme contrato social que já faz parte integrante do Processo)
vem, respeitosamente, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra decisão
proferida pela respeitável Comissão Permanente de Licitação, que habilitou a
empresa *Pauta Municipal Capacitação & Consultoria Ltda.*, pelos fundamentos
a seguir expostos.

1. TEMPESTIVIDADE:

A decisão que habilitou a empresa *Pauta Municipal Capacitação
& Consultoria Ltda.* foi em 12 de abril de 2021, segunda-feira, nos termos da
ata de sessão encaminhada, por e-mail (**Anexo 1**), com publicação no Diário
Oficial em 13 de abril de 2021, terça-feira.

Considerando, portanto, o prazo para apresentação de recurso
de 05 (cinco) dias úteis, conforme estabelecido no item 13.2 do edital e art.
109, I, da Lei 8.666/93, resta demonstrada a tempestividade deste apelo.



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**

Logo, requer-se o recebimento do presente para o seu devido processamento e apreciação legal.

2. BREVE RELATO DOS FATOS

A r. CPL divulgou o resultado da *Tomada de Preços 005/2021*, habilitando a empresa *Pauta Municipal Capacitação & Consultoria Ltda.*

No entanto, o objeto social da citada empresa é incompatível com o exigido no edital, não sendo apta, portanto, para prestar os serviços licitados, conforme demonstraremos a seguir.

3. MÉRITO

O objeto do edital em comento é contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **consultoria em gestão tributária**, incluindo **adequações na legislação** e regulamentos correlatos, para o município de Conselheiro Lafaiete.

Já o *Anexo I - Termo de Referência* traz o detalhamento dos serviços, sendo necessária **consultoria, emissão de pareceres e orientações técnicas e jurídicas** para a implementação de rotinas, procedimentos e metodologias que permitam aos setores envolvidos a **aplicação correta das legislações que regulamentam os tributos municipais**, conforme discriminado abaixo:

"3.1. GESTÃO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS:

3.1.1. Análise do cumprimento de toda a legislação municipal referente ao IPTU, ITBI, ISSQN, TAXAS DE SERVIÇOS URBANOS e demais tributos municipais, das obrigações acessórias, bem como realização da respectiva consultoria;



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**

**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**

- 3.1.2. Consultoria na gestão administrativa de processos de lançamento, bem avaliação das normas que estabelecem as competências e as formas da cobrança administrativa do crédito tributário;
- 3.1.3. Consultoria na elaboração de projetos que proporcionam aumento na arrecadação municipal;
- 3.1.4. Orientações à realização de ações fiscais dos contribuintes de ISS;
- 3.1.5. Implantação e orientação em rotinas de trabalho aplicadas à fiscalização do ISS, principalmente nas atividades de instituições financeiras, cartórios, construção civil e nos contribuintes enquadrados no Simples Nacional;
- 3.1.6. Análise de relatórios gerenciais de fiscalização referentes ao ISS do exercício;
- 3.1.7. Análise da movimentação financeira e econômica das instituições financeiras e cartoriais (arquivos fiscais ou contábeis) de exercícios anteriores e exercício corrente e consultoria a realização do processo de autuação;
- 3.1.8. Avaliação gerencial sobre os resultados da cobrança administrativa do crédito tributário, acompanhamento da gestão do fisco municipal e dos procedimentos de fiscalização e orientações na gestão dos processos de fiscalização tributária nas instâncias administrativas.
- 3.1.9. Assessoria em análise de processos judiciais de execuções fiscais de crédito tributário;
- 3.1.10. Avaliação das normas de atribuição de competência para a execução fiscal de crédito tributário;
- 3.1.11. Avaliação das normas que estabelecem os procedimentos de execução fiscal de crédito tributário;



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**

3.1.12. Análise das rotinas administrativas de inscrição e cancelamento da Dívida Ativa e verificação da liquidez dos lançamentos realizados;

3.1.13. Instruções quanto aos processos administrativos de cancelamento do crédito tributário e de baixas por pagamento de tributos realizados, bem como quanto às normas e procedimentos adotados no cancelamento do crédito tributário; 3.1.14. Qualificação e treinamento dos servidores da área tributária, durante toda a execução dos serviços, mediante instruções para execução das rotinas implantadas, orientações quanto a aplicação dos dispositivos legais, saneamento de dúvidas quanto à aplicação da lei e na solução de casos específicos."

No entanto, o **objeto social** da empresa *Pauta Municipal Capacitação & Consultoria Ltda.* é **incompatível** com o exigido no edital.

Nesse sentido, segue o objeto constante em seu contrato social e na certidão simplificada (**Anexo 2 e 3**):

- i) curso de capacitação para treinamentos de servidores municipais na atuação em diversas áreas ocupacionais e público em geral;*
- ii) cursos técnicos gerenciais;*
- iii) atividades de intermediação e agenciamento de prestação de serviços técnicos em geral, exceto atividades imobiliárias;*
- iv) prestação de serviços de atividades profissionais, científicas e técnicas multidisciplinares concernentes a planos urbanos e fundiários;*
- v) laudos e pareceres concernentes a meio ambiente;*
- vi) questões histórico culturais e urbanísticas.*



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**

Por sua vez, o seu cartão de CNPJ apresenta as seguintes atividades econômicas principal e secundárias – CNAE (Anexo 4):

"85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários

74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente".

Sendo assim, não restam dúvidas que a Recorrida não possui objeto social compatível com os serviços licitados que são de serviços complexos de **gestão tributária**, sendo necessária **consultoria, emissão de pareceres e orientações técnicas e inclusive jurídicas** para a implementação de rotinas, procedimentos e metodologias que permitam aos setores envolvidos a aplicação correta das legislações que regulamentam os tributos municipais no Município de Conselheiro Lafaiete.

E os serviços da Recorrida, nos termos do seu objeto social, são voltados para área ambiental, planos urbanos e fundiários, questões histórico culturais e urbanísticas. **Em nenhum momento menciona sobre consultoria na área tributária, serviços estes que são ATIVIDADES PRIVATIVAS DA ADVOCACIA¹, inclusive.**

Ao exercer atividades em desconformidade com seu objeto social, devidamente registrado, a empresa também está agindo de forma contrária à lei, expondo a riscos todos os que com ela se relacionam, em decorrência da possibilidade "de contratação de quem não é do ramo".

¹Nesse sentido, dispõe o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB):
Art. 1º São atividades privativas de advocacia:

(...)

II - **as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas.**



JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA

Conforme estabelecido nos documentos da empresa recorrida, não há relação entre o objeto social do licitante e os serviços objeto da licitação e o edital prevê:

"5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que atendam a todas as condições de habilitação estabelecidas neste instrumento convocatório".

Nesse sentido, o TCU já se manifestou, entendendo que ***"é viável a inabilitação de licitante que não tenha o objeto social compatível com o objeto licitado"*** e ***"para fins de habilitação jurídica nas licitações, faz-se necessária a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas no contrato social das empresas licitantes"*** (Acórdão 487/2015 e Acórdão 642/2014), ***verbis***:

"Para fins de habilitação jurídica, faz-se necessária a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas no contrato social das empresas licitantes. Para habilitação técnica, os atestados apresentados devem não apenas demonstrar uma situação de fato, mas, necessariamente, uma situação fática que tenha ocorrido em conformidade com a lei e com o contrato social.
(...)

Aos olhos do relator, o "objeto social da empresa delineado no contrato social devidamente registrado comprova não apenas o exercício da atividade empresarial requerida na licitação, mas também que a empresa o faz de forma regular. E nesse ponto ressalto que a Administração deve sempre prestigiar a legalidade. Não basta que a licitante detenha a capacidade comercial de fato, faz-se necessário que ela esteja em conformidade com a lei".

(...)



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**

**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**

Dessa forma, "ao exercer atividades em desconformidade com seu objeto social, devidamente registrado, a empresa também está agindo de forma contrária à lei, expondo a riscos todos os atores que com ela se relacionam", em decorrência da possibilidade "de contratação de quem não é do ramo" e "de a empresa vir a se eximir da responsabilidade pelos atos praticados por seu gerente". Acórdão 642/2014-Plenário, relator Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, 19.3.2014.

Na mesma linha a doutrina:

"No entanto, sustentamos que os objetos sociais devem ser compatíveis com o contrato pretendido pela Administração.

Se assim não fosse, os sócios poderiam questionar judicialmente determinados atos da diretoria da sociedade, causando contratempos injustificados à execução contratual, de forma desnecessária. Isso não é excesso de formalismo, mas simples atendimento ao interesse público.

É dever do Poder Público identificar interessados que estejam aptos a executar o contrato pretendido dentro dos limites legais.

Em um contrato, por exemplo, que vise à contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza de locais e prédios públicos, evidentemente que o interessado, pessoa jurídica, cujo objeto social é a prestação de serviços na área de cuidados e tratamento de estética, não poderá ser habilitado; pois sua atuação deverá restringir-se aos limites estabelecidos em contrato social por seus sócios.

Por mais que não seja inexistente ou inválido, a realização de ato que extravasa tais limites do objeto social evidencia, sem dúvida alguma, uma atuação irregular por parte da Diretoria da sociedade possibilitando questionamentos jurídicos.



JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA

Permitir a habilitação destas pessoas jurídicas certamente não é condizente com o bom trato da coisa pública."

(PINHO, Cristiano Vilela de e GOMES, Wilton Luis da Silva, Licitações sob o ponto de vista dos Tribunais de Contas, São Paulo, Alameda Casa Editorial/Editora Didática Suplegraf. 2011.p.305).

O objeto social da empresa recorrida não guarda compatibilidade com o serviço objeto deste certame, e, portanto, **não** está apta para prestar os serviços descritos acima.

Isso porque uma empresa que tem como objetivo social serviços voltados para área ambiental, planos urbanos e fundiários, questões histórico culturais e urbanísticas, não está apta para consultoria em gestão tributária, emissão de pareceres e orientações técnicas e **inclusive jurídicas** para a implementação de rotinas, procedimentos e metodologias que permitam aos setores envolvidos a **aplicação correta das legislações que regulamentam os tributos municipais, tendo em vista a complexidade que esse serviço requer.**

Assim é que ao escolher seu parceiro contratual, a quem vai destinar dinheiro público e confiar a realização dos serviços, a Administração deve cercar-se de cautelas com o objetivo de prevenir o insucesso da contratação e, em consequência a realização do objeto almejado.

4. CONCLUSÃO:

Pelo exposto, requer:

(i) o recebimento e provimento do recurso para que seja reformada a decisão desta respeitável CPL e inabilitação da empresa *Pauta Municipal Capacitação & Consultoria Ltda;*



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**

(ii) acaso seja mantida a decisão recorrida, o que se admite apenas por cautela, que seja remetido o processo devidamente instruído para autoridade hierárquica superior, conforme estabelece o artigo 109, §4º, da Lei Federal nº 8.666/93;

(iii) em caso de indeferimento desde já se requer vista dos autos para fins da adoção das medidas cabíveis.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2021.

Jacqueline de Paula Barbosa Sociedade Individual de Advocacia
Jacqueline de Paula Barbosa
Representante legal



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA

ANEXO 1

ATA DA SESSÃO DO DIA 12/04/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

ATA DE SESSÃO – DATA: 12/04/2021 – HORÁRIO – 09h30min.

LICITAÇÃO: Tomada de Preços nº 005/2021 - PRC nº 028/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria em gestão tributária, incluindo adequações na legislação e regulamentos correlatos, para o Município de Conselheiro Lafaiete, de acordo com solicitação da Secretaria Municipal de Fazenda.

No auditório do Edifício Solar Barão do Suaçuí, o Presidente e demais membros da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Administração, diante dos demais presentes constantes ao final desta ata, reuniram-se para dar andamento à finalidade descrita acima.

No dia doze do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e trinta minutos, no auditório do Edifício Solar Barão do Suaçuí, reuniram-se o Presidente e demais membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 30/2021, também presentes as membras da Comissão Técnica de Avaliação nomeada pela Portaria nº 22/2021, Sras. Valéria Luzia Batista e Juliana Coelho Machado, e ausente a Sra. Regina Aparecida Severino, para a abertura do Processo Licitatório nº 028/2021 – Modalidade Tomada de Preços nº 005/2021. Dando início aos trabalhos, o Presidente da CPL recebeu e juntamente com os demais membros procedeu ao exame dos documentos de credenciamento oferecidos pelos representantes das licitantes interessadas, visando à comprovação da existência de poderes para prática dos atos de atribuição dos licitantes, na seguinte conformidade:


LICITANTE	CNPJ	REPRESENTANTE	DOCUMENTO DO REPRESENTANTE (CPF)
JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (ME)	18.895.386/0001-01	RICARD FRANCO GONTIJO	392.021.006-91
PAUTA MUNICIPAL CAPACITAÇÃO & CONSULTORIA LTDA (ME)	21.256.667.0001-20	-	-


A documentação de credenciamento da licitante JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (ME) estava de acordo com o edital, ficando assim credenciado seu representante acima descrito. Por sua vez, a licitante PAUTA MUNICIPAL CAPACITAÇÃO & CONSULTORIA LTDA (ME) protocolizou a documentação de habilitação, proposta comercial e proposta técnica no Setor de Licitações, na data de 08/04/2021, sem comparecimento de representante para credenciamento. A documentação de credenciamento foi rubricada pela CPL e pelo representante da licitante presente. O Presidente da CPL encerrou a fase de credenciamento. Em seguida, o Presidente da CPL recebeu os envelopes de habilitação e de propostas técnica e comercial, que foram rubricados no lacre pelos membros da CPL e pelo representante da licitante presente. Abertos os envelopes de habilitação, as documentações foram rubricadas pelos presentes e membros da Comissão Permanente de Licitação, que passaram à verificação dos requisitos habilitatórios. Em conformidade com o disposto nos itens 5.7 e 7.3.2.7, todas as licitantes apresentaram a documentação prevista no Edital para se utilizar dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações. Após a análise e conferência do Certificado de Registro Cadastral no Município de Conselheiro Lafaiete/MG (item 7.2.1), bem como dos documentos de habilitação jurídica (item 7.3.1) e de regularidade fiscal e trabalhista (item 7.3.2), verificou-se que ambas as licitantes atenderam às exigências editalícias contidas nestes tópicos. Por sua vez, registra-se que a licitante PAUTA MUNICIPAL CAPACITAÇÃO & CONSULTORIA LTDA (ME) apresentou Certificado de Regularidade do FGTS com razão social divergente daquela constante do Ato Constitutivo anexado aos autos. Entretanto, considerando que os demais dados da licitante (CNPJ e endereço) encontravam-se devidamente discriminados no documento, cuja autenticidade foi aferida via internet, e que a Certidão Simplificada da Junta Comercial evidencia se tratar da denominação anterior da licitante, a divergência formal não interferiu no exame de habilitação. A conferência e análise da documentação econômico-financeira (item 7.3.4 do Edital) foi realizada pela CPL e ratificada pela representante da Secretaria Municipal de Fazenda, verificando-se que ambas as licitantes cumpriram devidamente com as exigências contidas nos itens 7.3.4.1, alíneas 'a' e 'b', 7.3.4.2 e 7.3.4.3, do Edital, conforme quadros de análise anexados ao processo. Por fim, a análise da documentação de qualificação técnica foi realizada pela CPL, em conjunto com as Sras. Valéria Luzia Batista e Juliana Coelho Machado, membras da Comissão Técnica de Avaliação nomeada pela Portaria nº 22/2021, que, após exame dos documentos apresentados pelas licitantes, concluíram que ambas as licitantes atenderam às exigências de qualificação técnica contidas no Edital. Diante disso, considerando a análise dos requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, o Presidente da CPL declarou o seguinte resultado da fase de habilitação: Empresas Habilitadas: JACQUELINE DE PAULA BARBOSA, SOCIEDADE

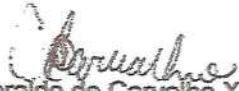


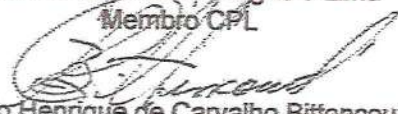
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

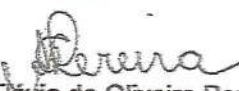
INDIVIDUAL DE ADVOCACIA e PAUTA MUNICIPAL CAPACITAÇÃO & CONSULTORIA LTDA (ME). Empresa Inabilitada: não houve. Foi a licitante JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, na pessoa de seu representante credenciado presente, comunicada acerca do resultado, tendo manifestado intenção de recorrer em relação à habilitação da PAUTA MUNICIPAL CAPACITAÇÃO & CONSULTORIA LTDA (ME), sob fundamento de que "O objeto social da licitante PAUTA MUNICIPAL CAPACITAÇÃO & CONSULTORIA LTDA (ME) é incompatível com o exigido no Edital, não sendo apta à prestação dos serviços licitados". Considerando a manifestação recursal, bem como o não comparecimento em sessão de representante da licitante PAUTA MUNICIPAL CAPACITAÇÃO & CONSULTORIA LTDA (ME), o Presidente da CPL determinou a notificação da licitante acerca do resultado da fase de habilitação, aguardando-se o prazo recursal nos termos dos itens 13.1.1, alínea 'a', e 13.2, do Edital. Os envelopes de propostas técnica e comercial das licitantes permanecerão no Setor de Licitações, devidamente lacrados. E, nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente ata que lida e achada conforme vai assinada por todos os participantes da presente sessão.

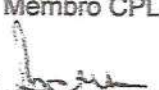

Alisson Dias Laureano
Presidente da CPL


Isabella Gomes de Vargas e Lima
Membro CPL


Kenia Beraldo de Carvalho Xavier
Membro CPL


Paulo Henrique de Carvalho Bittencourt
Membro CPL


Ana Flávia de Oliveira Pereira
Membro CPL


Valéria Luzia Batista
Comissão Técnica Especial


Juliana Coelho Machado
Comissão Técnica Especial


JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
RICARD FRANCO GONTIJO



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA

ANEXO 2

CONTRATO SOCIAL PAUTA MUNICIPAL



PAUTA MUNICIPAL CAPACITAÇÃO & CONSULTORIA LTDA
ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01

GABRIELA FERNANDINO COSTA, brasileira, solteira, Empresária, nascida aos 23.06.1981, em Sete Lagoas/MG, filha de Tarcísio Campolina Costa e de Enda Márcia Fernandino Costa, portadora do RG nº MG-11.269.384, expedida pela SSP/MG e CPF nº 012.904.936-00, residente e domiciliada à Rua Marechal Deodoro, nº 174/Apto. 201, Bairro Centro, em Sete Lagoas/MG, CEP.: 35.700-047;

JULIANA FERNANDINO COSTA, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, Empresária, nascida aos 11.10.1975, em Sete Lagoas/MG, filha de Tarcísio Campolina Costa e de Enda Márcia Fernandino Costa, portadora da OAB/MG nº 109552 e CPF nº 920.181.656-15, residente e domiciliada à Rua Inhaúma, nº 2.003, Bairro São Dimas, em Sete Lagoas/MG, CEP.: 35.700-219;

Sócias componentes da Sociedade Empresária Limitada, denominada **PAUTA MUNICIPAL CAPACITAÇÃO & CONSULTORIA LTDA**, estabelecida à Rua Jovelino Lanza, nº 681, Bairro Jardim Arizona, em Sete Lagoas/MG, CEP.: 35.700-353, inscrita no CNPJ sob o nº 21.256.667/0001-20, resolvem de comum acordo Alterar o seu Contrato Primitivo arquivado na JUCEMG - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS sob nº 312.1110.730-7 em 13.06.2018, Enquadramento de ME, e o fazem em conformidade com a Lei 10.406 (Código Civil/2002), mediante as cláusulas e condições a seguir:

I – ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

A Sociedade resolve alterar seu endereço para a Rua Inhaúma, nº 2.003/Sala 01, Bairro São Dimas, em Sete Lagoas/MG, CEP.: 35.700-219.

II – ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

A Sociedade resolve alterar seu Objeto Social para:

- Cursos de capacitação para treinamento de servidores municipais na atuação em diversas áreas ocupacionais e público em geral;
- Cursos técnicos gerenciais;
- Atividades de intermediação e agenciamento de prestação de serviços técnicos em geral, exceto atividades imobiliárias;
- Prestação de serviços de atividades profissionais, científicas e técnicas multidisciplinares concernentes a planos urbanos e fundiários;
- Laudos e pareceres concernentes a meio ambiente;
- Questões histórico culturais e urbanísticas.

III – DO PRAZO

Para efeitos legais a presente Alteração Contratual nº 01 entrará em vigor a partir de 02.01.2019.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL
PAUTA MUNICIPAL CAPACITAÇÃO & CONSULTORIA LTDA

I - DENOMINAÇÃO SOCIAL

A Sociedade gira sob a denominação social de **PAUTA MUNICIPAL CAPACITAÇÃO & CONSULTORIA LTDA**, e como título do estabelecimento **PAUTA MUNICIPAL**.

II - ENDEREÇO DA SEDE

A Sociedade tem seu endereço à Rua Inhaúma, nº 2.003/Sala 01, Bairro São Dimas, em Sete Lagoas/MG, CEP.: 35.700-219.

concluído via internet
de Limitação

21 236 667/0001-2
PAUTA MUNICIPAL

III - OBJETO SOCIAL

Sociedade tem como Objeto Social:

- Cursos de capacitação para treinamento de servidores municipais na atuação em diversas áreas ocupacionais e público em geral;
- Cursos técnicos gerenciais;
- Atividades de intermediação e agenciamento de prestação de serviços técnicos em geral, exceto atividades imobiliárias;
- Prestação de serviços de atividades profissionais, científicas e técnicas multidisciplinares concernentes a planos urbanos e fundiários;
- Laudos e pareceres concernentes a meio ambiente;
- Questões histórico culturais e urbanísticas;

IV - PRAZO DE DURAÇÃO/INÍCIO DAS ATIVIDADES

Sociedade iniciou as suas atividades em 23.09.2014 e funcionará por prazo indeterminado.

V - CAPITAL SOCIAL

Capital Social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, já subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

Parágrafo Primeiro: A sócia GABRIELA FERNANDINO COSTA subscrive e integraliza a importância de 25.000 (vinte e cinco mil) quotas num total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

Parágrafo Segundo: A sócia JULIANA FERNANDINO COSTA subscrive e integraliza a importância de 25.000 (vinte e cinco mil) quotas num total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

VI - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

SÓCIAS	QUOTAS	%	VALOR
GABRIELA FERNANDINO COSTA	25.000	50%	R\$ 25.000,00
JULIANA FERNANDINO COSTA	25.000	50%	R\$ 25.000,00
TOTAL	50.000	100%	R\$ 50.000,00

Parágrafo Único: A responsabilidade das sócias é restrita ao valor de suas quotas, mas todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, conforme art. 1.052 do Código Civil/2002.

VII - ADMINISTRAÇÃO

Administração da Sociedade é exercida pela sócia GABRIELA FERNANDINO COSTA, que assina individualmente todos os documentos sociais da empresa, a quem compete todos os atos de administração da Sociedade, cabendo a ela a responsabilidade ou representação ativa e passiva da Sociedade, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos conferidos no Objeto Social, sempre no interesse da Sociedade.

Parágrafo Primeiro: É vedada a assinatura em responsabilidade de mero favor;

Parágrafo Segundo: Quando se tratar de alienação e venda do Patrimônio da Sociedade e para a contratação de empréstimos e financiamentos, é necessária a assinatura de todas as sócias, sob pena de nulidade do ato;

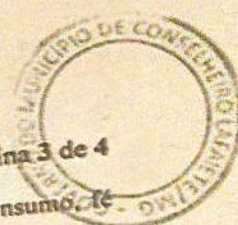
Parágrafo Terceiro: A Administradora poderá nomear ou destituir procurador (es) para representar a Sociedade por meio de instrumento de procuração, a qual deverá ser outorgada com finalidade específica e prazo determinado, nos moldes do art. 1.018 da Lei 10.406/2002 CC.

VIII - DESIMPEDIMENTO DO ADMINISTRADOR

Administradora declara sob as penas da lei, de não estar impedida de exercer o comércio ou administração da Sociedade Mercantil em virtude de condenação criminal, lei especial, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime eleitoral, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o

21 236 667/0001-2

PARTIDA MUNICIPAL



Sistema Financeiro Nacional, contra norma de defesa da concorrência, contra as relações e consumo pública, ou à propriedade.

IX - RETIRADA PRÓ-LABORE

A sócia **GABRIELA FERNANDINO COSTA** faz jus a uma retirada mensal, a título de Pró-Labore, pelos serviços prestados à Sociedade.

X - FILIAL(S)

A Sociedade não possui filial (s) podendo, entretanto, abri-la (s) em qualquer parte do Território Nacional, se assim lhe convier, observando para tanto as Leis que regem a matéria em Pauta.

XI - SAÍDA DE SÓCIO E TRANSFERÊNCIAS DE QUOTAS

As quotas do Capital Social são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, salvo o consentimento das sócias que representem a maioria do Capital Social, a quem fica assegurado em igualdade de condições e preço, direito de preferência para sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizadas a cessão delas, a Alteração Contratual pertinente. A quotista que quiser transferir suas quotas de Capital, no todo ou em parte, comunicará por escrito à Sociedade com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, indicando o nome do pretendente e o preço ajustado. Se ao término de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento do aviso, a Sociedade não estiver exercido o direito de preferência que lhe é assegurado, a sócia poderá transferi-las ao pretendente indicado.

Parágrafo Único: A sócia que se retirar da Sociedade fica pelo prazo de 02 (dois) anos depois de averbada a modificação do Contrato, respondendo solidariamente com o cessionário, perante a Sociedade e terceiros pelas obrigações que tinha como sócia.

XII - FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO

A Sociedade não se dissolverá por morte, interdição, falência, insolvência civil ou retirada de quaisquer das sócias, continuando suas atividades com os remanescentes e herdeiros. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou da (s) sócia (s) remanescente (s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado mediante Balanço Especial a ser levantado até 60 (sessenta) dias do evento, sendo 20% (vinte por cento) no prazo de 03 (três) meses, 30% (trinta por cento) no prazo de 06 (seis) meses e 50% (cinquenta por cento) no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data do falecimento, conforme descrito retro.

Parágrafo Primeiro: No caso de falecimento de quaisquer das sócias ou decretação de sua interdição, desde que seja do interesse das demais sócias, fica assegurado aos seus sucessores legais ou ao curador, indicar o representante por escrito, num prazo máximo de 30 (trinta) dias do evento, sendo que, no caso aplicável, as quotas serão transferidas aos sucessores "pró-indiviso", e, se a opção for por realizar a transferência de quotas, estas serão pagas na forma prevista no Caput desta cláusula;

Parágrafo Segundo: No caso de dissolução amigável da Sociedade, a quotista que representa a maior participação do Capital Social será o liquidante dos negócios sociais, e a ela competirá responder perante terceiros pelo ativo e passivo, bem como pela guarda e conservação dos livros e documentos da Sociedade pelos prazos de decadência e prescrição previstas em lei;

Parágrafo Terceiro: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a Sociedade se resolva em relação a outros sócios (art. 1.028 e 1.031 do Código Civil/2002).

XIII - RESULTADOS ANUAIS

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a Administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do Inventário, do Balanço Patrimonial e do Balanço de Resultado Econômico, onde serão atribuídos às sócias na proporção de seu Capital ou, a critério das mesmas, será incorporado ao Capital Social os lucros ou prejuízos apurados.

Parágrafo Primeiro: Em caso de prejuízo poderá o mesmo, a critério das sócias, ficar em conta pendente para ser compensado com lucros futuros;

Parágrafo Segundo: A critério das sócias poderá ocorrer distribuição antecipada de lucros.

21 256 667/0001-20

PÁUTA MUNICIPAL
Capacitação & Consultoria Ltda.

Rua Inhaúma, 2003
B. São Dimas - CEP 35.700-219 - Tel. (31) 3333-3333



XIV - DA FORMA DE DELIBERAÇÃO E DAS DELIBERAÇÕES

é estabelecido que na Sociedade haverá convocação pela Administradora, de reunião para quaisquer deliberações, obedecendo ao prazo mínimo de 08 (oito) dias antes da realização da deliberação, ficando a mesma responsável pela apresentação por escrito no prazo de 05 (cinco) dias sobre qualquer matéria que tenha a ser decidida.

Parágrafo Único: Ficará a cargo das sócias a elaboração de documento por escrito deliberando sobre:

- A aprovação das contas da Administração;
- A modificação do Contrato Social;
- A incorporação, a fusão e a dissolução da Sociedade ou a cessação do estado de liquidação;
- A nomeação e a destituição dos liquidantes e o julgamento de suas contas.

XV - CONSELHO FISCAL

é estabelecido que a Sociedade não terá Conselho Fiscal.

XVI - CASOS OMISSOS

Casos omissos neste instrumento serão resolvidos com observância nos preceitos do Novo Código Civil e outros dispositivos legais que lhe sejam aplicáveis.

Parágrafo Primeiro: Esta Sociedade poderá se transformar em qualquer outro tipo de Sociedade;

Parágrafo Segundo: Ficam as quotas que compõem e que venham a compor o Capital Social desta empresa gravadas com cláusula de impenhorabilidade, incomunicabilidade conjugal e inalienabilidade real;

Parágrafo Terceiro: As sócias signatárias já qualificadas declaram que não incorrem em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil, estando cientes de que no caso de comprovação de falsidade, será nulo de pleno direito o registro deste documento, sem prejuízo das sanções penais a que estiverem sujeitos.

XVII - FORO

é eleito o Foro da Comarca de Sete Lagoas/MG, para dirimir quaisquer dúvidas atinentes ao presente instrumento.

A Alteração Contratual e sua consolidação foram elaboradas conforme a vigente Lei nº 8.934 de 11.1994, com exigências e procedimentos introduzidos pelo Decreto sob nº 1.800 de 30.01.1996 e pela Lei nº 10.406 de 10.01.2002.

Por estarem assim justas e contratadas, firmam-se o presente instrumento em 01 (uma) via, destinando-se uma à JUCEMG - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Sete Lagoas/MG, 02 de Janeiro de 2019.

GABRIELA FERNANDINO COSTA

JULIANA FERNANDINO COSTA

via internet

21 236 667/0001-20

DANTA MUNICIPAL



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA

ANEXO 3

CERTIDÃO JUCEMG - PAUTA MUNICIPAL



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: PAUTA MUNICIPAL CAPACITACAO & CONSULTORIA LTDA
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
3121110730-7	21.256.667/0001-20	20/10/2014	23/09/2014

Endereço Completo:

RUA INHAUMA 2003 SALA 01 - BAIRRO SAO DIMAS CEP 35700-219 - SETE LAGOAS/MG

Objeto Social:

CURSOS DE CAPACITACAO PARA TREINAMENTO DE SERVIDORES MUNICIPAIS NA ATUACAO EM DIVERSAS AREAS OCUPACIONAIS E PUBLICO EM GERAL - CURSOS TECNICOS GERENCIAIS - ATIVIDADES DE INTERMEDIACAO E AGENCIAMENTO DE PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS EM GERAL, EXCETO ATIVIDADES IMOBILIARIAS - PRESTACAO DE SERVICOS DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTIFICAS E TECNICAS MULTIDISCIPLINARES CONCERNENTES A PLANOS URBANOS E FUNDIARIOS - LAUDOS E PARECERES CONCERNENTES A MEIO AMBIENTE - QUESTOES HISTORICO CULTURAIS E URBANISTICAS.

Capital Social: R\$ 50.000,00

CINQUENTA MIL REAIS

Capital Integralizado: R\$ 50.000,00

CINQUENTA MIL REAIS

Microempresa ou
Empresa de Pequeno
Porte

MICRO EMPRESA
(Lei Complementar
nº123/06)

Prazo de Duração

INDETERMINADO

Sócio(s)/Administrador(es)

CPF/NIRE	Nome	Término Mandato	Participação	Função
012.904.936-00	GABRIELA FERNANDINO COSTA	xxxxxxx	R\$ 25.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR
920.181.656-15	JULIANA FERNANDINO COSTA	xxxxxxx	R\$ 25.000,00	SOCIO

Status: xxxxxxxx

Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 07/02/2019

Número: 7177981

Ato 002 - ALTERACAO

Evento(s) 2244 - ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)

021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

2211 - ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO

2015 - ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

Documento conferido via internet

Assinatura de Licitação
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
(Validação por envio de arquivo (upload)
(Validação por código de verificação e visualização da certidão)



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**

**SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA**

ANEXO 4

CNPJ - PAUTA MUNICIPAL

16/04/2021

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.256.667/0001-20 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 20/10/2014	
NOME EMPRESARIAL PAUTA MUNICIPAL CAPACITACAO & CONSULTORIA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PAUTA MUNICIPAL			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R INHAUMA		NÚMERO 2003	COMPLEMENTO SALA 01
CEP 35.700-219	BAIRRO/DISTRITO SAO DIMAS	MUNICÍPIO SETE LAGOAS	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO ILMA@CONTABILIDADEALUISIO.COM		TELEFONE (31) 3026-5544/ (31) 3775-6200	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/10/2014	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 16/04/2021 às 14:12:41 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

PREFEITURA DE CONSELHEIRO LAFAIETE – SETOR DE LICITAÇÃO

A/C. Comissão Permanente de Licitação

Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro

CEP 36.400-026

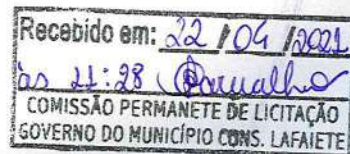


Conselheiro Lafaiete/MG.



GRUPO FACTO

CONSULTORIA | TECNOLOGIA | ENGENHARIA



R. Fernandes Tourinho, 999 sl. 203
Bairro Lourdes | Belo Horizonte
Cep 30.112-003 | Minas Gerais

QB166403802BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
22/04/2021 11:20 Conselheiro Lafaiete / MG

22/04/2021
11:20
Conselheiro
Lafaiete / MG

Objeto entregue ao destinatário

22/04/2021
10:08
Conselheiro
Lafaiete / MG

Objeto saiu para entrega ao destinatário

20/04/2021
21:14
CONTAGEM / MG

Objeto em trânsito - por favor aguarde
de Unidade de Tratamento em CONTAGEM / MG para Unidade de Distribuição em
Conselheiro Lafaiete / MG

19/04/2021
17:25
Santa Luzia / MG

Objeto em trânsito - por favor aguarde
de Agência dos Correios em Santa Luzia / MG para Unidade de Tratamento em
CONTAGEM / MG

19/04/2021
14:39
Santa Luzia / MG

Objeto postado

